



UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GESTÃO DA RESPONSABILIDADE
E MARKETING SÓCIOAMBIENTAL

Ana Cristina Lotito Schroder

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE
LICENCIAMENTO AMBIENTAL - AVANÇOS, DESAFIOS, EXPECTATIVAS**

SÃO PAULO – SP

2018

ANA CRISTINA LOTITO SCHRODER

NARRATIVA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PROCESSOS AMBIENTAIS QUE ENVOLVAM A COMUNIDADE E O MEIO AMBIENTE FÍSICO, VISANDO A QUALIDADE DE VIDA A TODOS OS SERES VIVOS.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para aprovação no curso de pós-graduação em Gestão em Responsabilidade e Marketing Socioambiental, da Estácio de Sá, sob orientação da Professora Adriana Correia Ornellas.

SÃO PAULO – SP

2018

Gestão em Responsabilidade e Marketing Socioambiental

Ana Cristina Lotito Schroder

Narrativa sobre a importância da Educação Ambiental e da participação da sociedade em processos ambientais que envolvam o meio ambiente físico, como garantia de qualidade de vida, progresso social e econômico e qualidade de vida a todos os seres vivos.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estácio de Sá, como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão em Responsabilidade e Marketing Socioambiental.

Aprovado em _____ de _____ de 2018.

Examinador

NOTA FINAL _____

Agradecimentos

A Deus por ter me dado condições de realizar este trabalho.

A Universidade por ter me dado os ensinamentos básicos para a realização deste trabalho.

A orientadora do curso Dra. Adriana Correia Ornellas.

A socióloga e colega Maria de Lurdes P. Simões.

A empresa onde trabalho, por ter confiado a mim esta tarefa.

A todos os meus familiares, sempre presentes.

RESUMO

O termo sustentabilidade já está inserido na concepção da sociedade brasileira desde meados dos anos 90, mas a teoria e a prática se mostram muitas vezes antagônicas, numa sociedade ainda marcada pelo capitalismo, principalmente nos países em desenvolvimento, onde os problemas sociais e ambientais ainda superam a preocupação dos governantes e mesmo da sociedade com o meio ambiente.

É nesse contexto que a Educação Ambiental se apresenta com uma das ferramentas indispensáveis para formar uma consciência ambiental na sociedade, para um desenvolvimento que não contemple apenas o econômico desenfreado, mas um modelo que inclua a sociedade, sem perder de vista a preservação ambiental.

Essa narrativa inclui um comparativo entre o passado, quando da realização da Rio 92 e o presente, os avanços e desafios presentes e expectativas futuras.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Sociedade. Progresso.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
PANORAMA DA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	8
UM POUCO DA HISTÓRIA	12
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	15
ESTUDO DE UM CASO	166
DIÁRIO DE PERCEPÇÃO	199
CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

Ao me decidir por escrever sobre a Educação Ambiental, no trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão em Responsabilidade e Marketing Socioambiental procurei aliar o aprendizado que tive nesse curso, com minha formação acadêmica em jornalismo, além de minha área de atuação profissional, Analista de Educação Ambiental, a qual desenvolvo há 26 anos numa empresa do governo do Estado de São Paulo, que é referência na América Latina, em termos ambientais.

PANORAMA DA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para definir o termo Meio Ambiente, J.S. Quintas e Maria José Gualda Oliveira, o definem da seguinte forma:

“De relação, em diferentes épocas e lugares, dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural emerge o que se denomina neste texto de meio ambiente. Diferente dos mares, dos rios, das florestas, da atmosfera, que não necessitam da ação humana para existir, o meio ambiente precisa do trabalho dos seres humanos para ser construído e reconstruído e, portanto, para ter existência concreta.” (Formação do Educador para atuar no processo de Gestão Ambiental, pg. 02, 95).

Neste trabalho, é abordado um panorama da vivência do profissional da área ambiental na atualidade e em relação ao passado, tendo como base a realização da Rio 92 e sua importância no processo de licenciamento ambiental.

Em 1992, ano em que eu comecei a realizar minha função dentro da estatal, atendendo as denúncias da população, atingidas por poluição ambiental, íamos a campo, para poder entrevistar a comunidade, obter informações sobre a problemática ambiental reclamada, num trabalho que posso traduzir como personalizado. Era algo novo. A mobilização do poder público em garantir a qualidade ambiental e o atendimento à população, na minha visão era fascinante.

O objetivo dessa técnica, de atender a reclamação em campo, proporciona, o conhecimento da área e da comunidade afetada pela poluição, além de ser um meio de se avaliar a procedência, extensão e significância dos incômodos ambientais gerados por determinada empresa ou de intervenções irregulares que venham a degradar o meio ambiente.

A técnica utilizada pelo profissional de educação ambiental, normalmente é voltada às novas denúncias de fontes nunca reclamadas ou para fontes poluidoras

que já controlaram suas fontes poluidoras e que por algum motivo voltaram a causar problemas de poluição à circunvizinhança.

Na verdade, o objetivo maior é o de se inteirar das questões que envolvem o meio ambiente, a fim de poder debater com propriedade, junto aos reclamantes, gerência e área técnica os pareceres adquiridos em sua saída a campo.

Naquela época, em 1992, a participação do profissional de educação ambiental, normalmente sociólogos ou comunicólogos, no processo de licenciamento ambiental era também de caráter preventivo, pois antes de se emitir uma licença ambiental de Operação para um empreendimento, a gerência e área técnica solicitavam um levantamento comunitário, com o intuito de se conhecer a opinião da população do entorno, sobre a presença da empresa na área e possíveis fontes de poluição, que já começavam a causar incômodos, visando adequar a atividade à legislação ambiental e assim evitar futuros danos à sociedade circunvizinha e ao meio ambiente.

Isso poderia sugerir um processo preventivo, pois o resultado da pesquisa ambiental, subsidiava a área técnica e gerencial em suas decisões futuras sobre o licenciamento da indústria.

No decorrer dos anos, essa ação foi aos poucos sendo modificada. Talvez pelas circunstâncias sociais e econômicas, se resumindo a apenas reconhecer a existência de alguma reclamação registrada na agência espontaneamente, antes de se emitir as licenças ambientais para o empreendimento.

O trabalho de Analista de Educação Ambiental é um aprendizado constante, diário, personalizado, dinâmico, junto à comunidade atingida por problemas ambientais, interagindo com os diversos públicos envolvidos, **interno** (técnicos, gerencial e administrativo) e **externo** (população em geral, reclamantes e reclamados), e um trabalho constante de informação clara, objetiva e transparente.

No Brasil, cabe ao Estado o poder de mediar o processo de sustentabilidade, quando faz uso de suas atribuições estatutárias, em acordo com a legislação ambiental vigente, gerenciando o controle dos recursos naturais, no licenciamento, na

avaliação de impactos do empreendimento, no gerenciamento de áreas contaminadas e de proteção ambiental, na recuperação de danos ambientais, e na educação ambiental, ou seja, toda a base de ação socioambiental.

Nessa rotina e apesar da leitura que faz dos anseios da sociedade ou comunidade em relação ao empreendimento poluidor, o profissional de educação ambiental muitas vezes, se vê só.

Sobre esse aspecto, o filósofo, Mauro Grönn em “Ética e Educação Ambiental – A Conexão necessária”, 96 já destacava o papel solitário e de desamparo do profissional de educação ambiental, frente aos diversos interesses envolvidos, seja econômico, político, ideológico, etc.

Em todos esses anos e trabalho, pude concluir que a Educação Ambiental é uma disciplina essencial. Apesar dos graves problemas sociais e econômicos, que afetam o planeta, como as crises na economia, no desemprego, na falta de alimento, nas ameaças à paz mundial, nas políticas protecionistas dos países ricos e no fechamento de fronteiras para evitar imigração de povos de países pobres e destruídos por guerras.

Esses argumentos não devem tirar o foco da importância da Educação Ambiental, na atualidade e no futuro, pois o maior desafio do profissional de hoje não está apenas em repassar seus conhecimentos à população, mas contribuir para a formação de uma cultura ambiental, na sociedade e para a elaboração de políticas para o meio ambiente, que venham a garantir a qualidade de vida à população e a proteção ao meio ambiente.

Na medida que o ser humano é parte integrante da natureza, e ao mesmo tempo ser social e, por consequência, detentor de conhecimentos e valores socialmente produzidos ao longo do processo histórico, tem ele o poder de atuar permanentemente sobre sua base natural de sustentação (material e espiritual), alterando suas propriedades, e sobre o meio social provocando modificações em sua dinâmica Brasília, Ibama, 1995 (Série Meio. Ambiente em Debates1).

Ao se relacionar com a natureza e com outros homens, o ser humano produz cultura, capaz de criar bens materiais, valores, modos de fazer, de pensar, de perceber o mundo.

Por tudo isto, afirma-se que o meio natural e meio social são faces de uma mesma moeda e assim indissociáveis. (Brasília, Ibama, 1995 (Série Meio. Ambiente em Debates1)).

Na verdade, não podemos classificar a Educação Ambiental, que surgiu com mais ênfase em meados dos anos 90, e no Brasil, virou lei em 1999, com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art. 1º, como mais uma matéria do currículo escolar voltada ao ensinamento da ecologia que visa apenas explicar às crianças e adolescentes a importância dos animais, plantas, ar e água puros, florestas. É muito mais amplo, é uma disciplina que visa a disseminação do conhecer, é um desafio permanente de aprendizado, onde a comunidade deve tomar consciência do meio físico em que vive e assim adquirirem práticas e habilidades para gerenciamento dos problemas ambientais, visando salvaguardar as gerações futuras.

Este trabalho também não retrata apenas um olhar particular da situação da Educação Ambiental na atualidade, mas uma constatação através de contatos pessoais com a sociedade, quando da prestação dos serviços públicos, no combate às ações irregulares no meio ambiente; no contato com outros profissionais da mesma área; nas notícias veiculadas pela mídia, todos ressaltando a importância de Educação Ambiental no processo de conservação da natureza e de sustentabilidade ambiental, que envolve toda a sociedade, em especial, a comunidade, a classe empresarial o poder público e mídia.

Ainda hoje, muitos acreditam que a educação ambiental veio para refrear o crescimento econômico, ao se posicionar sobre licenciamentos de empreendimentos poluidores, que venham mais tarde a causar mais danos ao meio ambiente e comunidade, que benefícios, com a geração de alguns empregos.

O posicionamento a favor ou contra não se dá apenas como uma opinião pessoal, mas baseada em pesquisas comunitárias, junto à circunvizinhança de

determinado empreendimento poluidor, visando sempre dar subsídios à área técnica e gerencial da agência ambiental, num trabalho conjunto, participando do processo de licenciamento ambiental, com uma contribuição que fecha a questão em torno do controle da poluição, da qualidade de vida, sustentabilidade e progresso de uma determinada região.

Pelo menos foi isso que aprendi em 1992, quando iniciei meu trabalho voltado a educação ambiental e atendimento à comunidade.

1.2 UM POUCO DA HISTÓRIA

De acordo com o Professor do Departamento de História da Universidade do Kansas e um dos fundadores da Sociedade Americana da História Ambiental, Donald Worster, o ano de 1945, foi um ano que marcou a “ecologização” das sociedades ocidentais.

Curiosamente, nesse mesmo ano, foram feitas experiências, com a Bomba Atômica, pela equipe do físico Julius Robert Oppenheimer, que dirigiu o projeto Manhattan, para o desenvolvimento e construção da bomba atômica, durante a Segunda Guerra Mundial, culminando com os ataques em Hiroshima e Nagasaki.

Para Donald Worster, os ataques no Japão, marcaram os primórdios do que vem a ser o início do ambientalismo contemporâneo.

Em 1966, foi fundado o Clube de Roma, pelo industrial Italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, que reunia um grupo de pessoas influentes que debatiam diversos temas, entre eles o meio ambiente.

Mais tarde, sob o impacto do relatório do "Clube de Roma" e das movimentações da década de 60, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, entre 5 e 16 de junho 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente Humano, e em sua Resolução 96 era recomendado a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental – IEEP.

Já em 1978, na Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, ficou enfatizado o sistema escolar como protagonista das ações de educação ambiental, enquanto que na Conferência internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1992, há o reconhecimento da necessidade de se ampliar para os outros setores da sociedade (sindicatos, associações de classe etc.) tal responsabilidade. (Programa Estadual de Educação Ambiental, 1998)

Não se pode esquecer da ECO 92, que foi uma Conferência de chefes de Estado organizada pelas Nações Unidas e realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi recomendado que a Educação Ambiental deveria ser reorientada visando o desenvolvimento sustentável, compatibilizando os objetivos ambientais, de preservação, com os sociais, permitindo acesso às necessidades básicas e econômicas, investimentos em infraestrutura, erradicar analfabetismo e geração de empregos, ampliando o seu raio de ação.

Nesse Fórum, foi formulado um Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e Responsabilidade Global, com alguns princípios, a seguir:

- *A educação ambiental é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores;*
- *Deve ter como base o pensamento crítico e inovador em qualquer tempo ou lugar em seus modos formal, não formal e informal promovendo a transformação e a construção da sociedade.*

- *É individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;*
-
- *A educação ambiental não é neutra, mas ideológica;*
-
- *Deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis (Maria Cecília Focesi Pelicioni, 98).*

Na década de 1990, acreditava-se que as mobilizações da sociedade colocariam um ponto final na devastação ambiental e no desenvolvimento desenfreado, que apenas visavam o crescimento econômico.

E hoje, ao lembrarmos que se passaram 26 anos da Eco 92, podemos nos questionar se realmente houveram as mudanças significativas esperadas na conscientização de se manter o meio físico e natural sustentável para as gerações vindouras.

Os problemas ambientais atuais são graves e exigem respostas rápidas, ainda que incertas e preliminares. (Ética e Educação Ambiental, Mauro Grun, 1996).

A geração atual já ouviu muitas vezes o termo sustentabilidade e até entendem o seu significado e sua importância, porém será que têm o real senso de aplicar a sustentabilidade em suas ações do dia-a-dia?

Voltando à minha experiência pessoal, de 26 anos trabalhando na área, junto aos públicos externo e interno, de todas as classes sociais, posso afirmar com propriedade que muitas vezes se dá dois passos à frente em relação à consciência ambiental e um para trás, se levarmos em conta todas as questões envolvidas no processo de desenvolvimento sustentável.

Segundo Mauro Grün, no Brasil *não há linhas teóricas de Educação Ambiental* (Ética e Educação Ambiental – A conexão necessária, 1996).

Não se trata apenas, de levar a informação aos públicos, pois a meu ver a mídia, bem como a educação acadêmica tem feito muito bem a sua parte, mas falta muito para se sensibilizar e se harmonizar os diversos interesses que cercam a questão ambiental, por isso é fundamental que a educação ambiental, em nome da comunidade, seja cada vez mais participativa nos processos que envolvem instalação e operação de empreendimentos e que a sociedade esteja cada vez mais preparada para compreender e se envolver nesse processo, afinal o meio ambiente físico é um bem de todos.

O trabalho de Analista de Educação Ambiental, é um aprendizado diário, personalizado, dinâmico, junto à comunidade atingida por problemas ambientais, interagindo com os diversos públicos envolvidos, internos (técnicos, gerencial e

administrativo da Agência Ambiental) e público externo (população em geral, reclamantes e reclamados), numa dinâmica constante de repasse da informação clara, objetiva e transparente.

Em 1992, ano em que eu comecei a realizar minha função dentro da estatal, atendendo as denúncias da população atingidas por poluição ambiental, indo a campo, em contato direto com a comunidade, num trabalho personalizado, me vi fascinada pela mobilização do poder público em garantir a qualidade ambiental e o atendimento à população.

Mais tarde entendi que essa técnica não era algo novo , pois a empresa estatal já desenvolvia esse trabalho desde meados dos anos 70, uma forma que eu diria de qualidade, por pessoas qualificadas e comprometidas com o meio ambiente e sociedade desde então.

1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, na década de 50, já se faziam ensaios que mais tarde culminaram com a Educação Ambiental.

Os ensaios a que nos referimos são de professores, de escolas do interior de São Paulo, que incentivavam seus alunos a saírem das salas de aula e observarem o Meio Ambiente físico.

Essa experiência foi um sucesso na época entre os educadores o que levou o IBEEC – Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciência a publicar o livro *Os Animais de Nossas Praias*, de Carlos Nobre Rosa, relatando essa experiência pioneira.

No mesmo período, outras experiências realizadas também por docentes, levaram a trabalhos que se tornaram a Educação Ambiental.

De todos os casos os quais atendi e acompanhei ao longo desses 26 anos, um deles me chama a atenção pela forma como foi conduzido e pelo seu desfecho, recente.

ESTUDO DE UM CASO

Uma empresa que fabrica embalagens, utilizando pintura em sua produção, industrial, inicia as atividades num Município inserido em Área de Proteção aos Mananciais (*), tendo como vizinhança, um sitiante e sua família, um posto de saúde e uma escola municipal.

() Manancial de abastecimento público é a fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. As áreas contendo os mananciais devem ser alvo de atenção específica, contemplando aspectos legais e gerenciais. (site do Ministério do Meio Ambiente).*

Explicando melhor, as áreas proteção aos mananciais, ...” são todas as fontes de água, superficiais ou subterrâneas, que podem ser usadas para o abastecimento público. Isso inclui, por exemplo, rios, lagos, represas e lençóis freáticos. Para cumprir sua função, um manancial precisa de cuidados especiais, garantidos nas chamadas leis estaduais de proteção a mananciais. Nessas regras, o ponto principal é evitar a poluição das águas, coisa muito difícil de se conseguir em um país como o Brasil. Por aqui, a expansão das grandes cidades aconteceu de forma bagunçada, comprometendo as fontes d’água próximas às metrópoles” (texto retirado do site <https://super.abril.com.br/mundoestranho/o-que-sao-mananciais/>, 2011).

Desde o início das atividades da empresa, quando ainda estava em funcionamento parcial, já se recebia reclamação da população preocupada com a poluição do ar, da presença de um empreendimento poluidor nas proximidades e da instalação de uma fonte de poluição, numa área ambientalmente protegida.

As primeiras denúncias foram feitas de forma anônima, mesmo tendo como princípio do poder público, nunca divulgar os dados dos reclamantes, como forma de preservação de identidade e salvaguardar os dados do mesmo.

Mesmo anônima, a reclamação foi atendida pelo setor de educação ambiental da agência, para averiguação da procedência, periodicidade e extensão dos incômodos gerados pelo empreendimento, sempre zelando pela segurança de quem confiou ao poder público, uma situação de conflito, no caso ambiental.

A medida que a empresa desenvolvia seu trabalho naquele local, novas reclamações eram registradas, totalizando mais de 30 denúncias, no primeiro ano de atividade da empresa.

Apesar de orientações das áreas técnica e comunitária ao empreendedor e autuações impetradas ao empreendimento poluidor, em face do número significativo de reclamações da população, da área ambientalmente protegida, do funcionamento ilegal, sem as devidas licenças e da dificuldade de regulamentação pelo tipo de atividade desenvolvida, passível de causar inconvenientes ao bem estar público, o empreendedor, permaneceu em seu ponto de vista de controlar a poluição do ar, instalando equipamento de controle de emissão de gases à atmosfera e equipamentos para atenuar as emissões de ruído à comunidade, em especial ao sitiante, que residia próximo à empresa.

O objetivo do empreendedor, era o de permanecer no imóvel, e tentar controlar ou eliminar as emissões de odor e ruído de seu processamento industrial, através de medidas corretivas, como instalação de equipamentos de controle de poluentes.

Essa situação foi se agravando à medida que a empresa crescia e trabalhava com maior produção, que possivelmente causavam a saturação dos equipamentos, mantendo as emissões fora de controle.

Nesse período, várias pesquisas comunitárias, foram realizadas pelo profissional de educação ambiental, junto à comunidade, visando avaliar a performance da empresa antes e depois da instalação dos equipamentos de controle de poluição e várias avaliações técnicas para constatar a eficácia dos mesmos.

Nesse meio tempo, a comunidade era constantemente informada das ações técnicas e administrativas impetradas à empresa, em face da continuidade das reclamações da família do sitiante, que pela proximidade era o mais atingido pela poluição.

Outros trabalhos comunitários foram realizados nas imediações da empresa visando obter informações da circunvizinhança, uma vez que a constatação do odor fora dos limites de propriedade da empresa, para efeito de autuação, se tornava cada mais difícil devido à rápida dispersão dos gases e da distância física do empreendimento com a agência ambiental.

Como estratégias das áreas de educação ambiental, gerencial e técnica, envolvidas no processo de avaliação da real situação da fábrica em relação à comunidade e ao meio ambiente, foram adotadas medidas de atendimento de emergência, que consistia em atender imediatamente a reclamação, a fim de constatar a situação incomodativa e autuar a empresa de modo a adotar outras medidas corretivas, visando a adequação do empreendimento à legislação ambiental e regularização do mesmo perante órgãos públicos e à sociedade, podendo dessa forma funcionar com toda a sua carga produtiva, promovendo o progresso da empresa e de seus “stakholders”(*) da comunidade no entorno e mantendo as condições ambientais da região.

O que tornava ainda mais problemático esse caso, era a falta de manifestação da comunidade no entorno da fábrica, que só se posicionava, quando questionados, em campo, pelo profissional de educação ambiental, porém solicitavam sigilo absoluto, por razões desconhecidas, mas que terminaram por isolar o sitiante e sua família como únicos reclamantes, o que dificultou um parecer definitivo sobre as reais condições de funcionamento da empresa no local.

Outra situação que complicava a constatação ou não das diversas situações incômodas era a possível predominância dos ventos, que podiam atingir com maior frequência, periodicidade e intensidade, o sitiante e sua família.

(*) pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa

A falta de moradias na área, foi outro fator agravante, uma vez que apenas o sitiante morava nas imediações da fábrica, os demais, funcionários do posto de saúde e escola apenas trabalhavam no local e talvez por isso não se motivavam a dirigir espontaneamente suas reclamações junto ao poder público.

Nos anos seguintes, as reclamações foram aumentando, sucessivamente, a despeito de medidas corretivas impetradas pela empresa, visando eliminar a poluição ambiental e nesse impasse optou-se pela realização do Diário de Percepção, que é um instrumento de pesquisa voltado à comunidade, o qual visa dar subsídios à área técnica, em casos complexos de poluição ambiental e reclamações da população.

DIÁRIO DE PERCEPÇÃO

Através das informações da comunidade que participam do Diário de Percepção é possível avaliar a data, o horário, a intensidade, a periodicidade, as características do poluente e comparar com a atividade industrial desenvolvida no momento da percepção, levando ao conhecimento técnico da agência ambiental, o setor produtivo mais problemático da indústria.

As planilhas do Diário de Percepção são distribuídas e recolhidas semanalmente, bem como as planilhas fornecidas pela indústria e analisadas em conjunto pelas áreas técnica e comunitária, visando entender a atividade poluidora e problemática desenvolvida na empresa e assim dirigir esforços em sentido de eliminá-las.

Normalmente o tempo de aplicação dessa técnica varia de acordo com o desenrolar da situação, do entendimento gerencial, técnico e comunitário da agência ambiental, envolvidos no processo.

Ao finalizar os trabalhos e analisando os dados do Diário de Percepção e dos relatórios emitidos pela empresa, pôde-se concluir que o local não era compatível com a atividade desenvolvida nas dependências da empresa, levando em conta, as

características da área, sendo a mesma de proteção ambiental, da comunidade no entorno e do tipo de atividade desenvolvida, com potencial poluidor de difícil controle de poluição.

O conflito vivenciado por todos os atores envolvidos, no caso, a indústria, a comunidade e o poder público, gerou desgastes, a meu ver, desnecessários.

De saída, o conflito ambiental ocorre porque os atores reagem cada um em defesa de seus próprios interesses, pela utilização e/ou gestão dos recursos ambientais (J. S. Quintas, 202).

O conflito ambiental é entendido como “*aquelas situações onde há confronto de interesses dos diversos representados por diferentes atores sociais, em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente*” (Carvalho, & Scotto, 1995).

Na questão das deliberações ambientais cabe ao Estado, instruído pela Legislação Ambiental Estadual vigente, a análise do processo e deferimento ou não, da instalação, funcionamento e operação de determinado empreendimento ou quaisquer outras interferências ambientais que venham a ocorrer para a implantação dos mesmos.

Quanto à comunidade, verificou-se que apesar da geração de alguns empregos, a presença da empresa na área não proporcionou o desenvolvimento da região, em termos econômicos e sociais, até pelas limitações em seu processo produtivo e principalmente por se tratar de uma área ambientalmente protegida.

Nesse caso, os reclamantes da família do sitiante, que até há alguns anos moravam num local cercado por vegetação, animais e ar puro de viram de repente tendo que conviver com uma fonte de poluição, em nome da geração de empregos, do progresso local, e do bem-estar social. O que acabou por não acontecer.

No caso apresentado, os interesses conflituosos, que tiveram como protagonistas o industrial a comunidade e o poder público, levaram a meu ver a desgastes que poderiam ter sido evitados, se nesse caso específico, o industrial em

poder do resultado da pesquisa realiza no Diário de Percepção, tivesse compreendido e aceitado que sua empresa não poderia funcionar naquele local, com todo o seu potencial, sem causar danos ao meio ambiente e incômodos à vizinhança.

A meu ver a Lei de Proteção aos Mananciais, deveria ser mais contundente em não permitir que empresas de potencial poluidor permaneça nessas áreas, já degradadas pela ação de invasões e desmatamentos irregulares.

Na minha opinião, a lição que fica em todo esse caso é que a sociedade já sabe que manter as condições ambientais favoráveis em Área de Proteção de Mananciais é mais importante que manter uma fábrica com potencial poluidor no local, ainda que gere alguns empregos à comunidade, porque uma vez degradado o meio ambiente físico, sua recomposição, pode demorar anos, se isso for possível, enquanto que a fábrica se instalando em áreas permissíveis, como condomínios industriais ou zonas industriais, pode se beneficiar não somente de uma imagem positiva em relação aos seus “stakeholders” (públicos envolvidos), mas produzir mais e com isso obter mais progresso, sem problemas com a comunidade e poder público, ciente de sua consciência e responsabilidade ambiental.

Em relação à importância da Educação Ambiental nos processos de licenciamento é cada vez mais evidente, desde que o profissional desenvolva conhecimentos e habilidades para lidar com as situações que se apresentarem, que envolvam os públicos externo e interno, devem ter uma participação ativa na gestão do uso dos recursos naturais e nas decisões que venham a afetar o meio ambiente e a comunidade envolvida, sem perder de vista a importância do desenvolvimento social e econômico, na qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável.

O papel da Educação Ambiental no desenvolvimento sustentável, é algo de relevância, pois instrui a sociedade a encarar essa situação de uma forma mais realista, menos romântica, menos inalcançável, enfrentando as situações diárias, vivenciadas no lar, em casa, no local de trabalho, na comunidade, cidade e país.

Não se pode achar que a sustentabilidade está restrita às empresas, ao poder público, às ONGs, mas a todo cidadão, que se preocupa com o meio ambiente e com o futuro do planeta.

Em minha pesquisa, li algo que me chamou atenção sobre a definição de meio ambiente, que abrange não somente os aspectos físicos do globo terrestre, como a terra, água, plantas, animais, mas a um todo, que contempla os aspectos sociais, econômico, cultural, de democracia, de justiça, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos em todos os seus aspectos.

Conclusão

Neste trabalho, procurei levar ao conhecimento das pessoas, como se desenvolve a atividade diária de um profissional de educação ambiental, nos órgãos ambientais e qual o verdadeiro papel deste profissional em todo processo de desenvolvimento sustentável.

Nesses vinte e cinco anos de atuação na área, devo dizer que o dia a dia na agência ambiental é um aprendizado, pois cada caso é um caso, onde não há vencidos ou vencedores, numa luta diária, que envolve toda a sociedade, com o objetivo de contribuir para o progresso social, econômico e ambiental equilibrados, onde deve prevalecer sempre, a qualidade de vida e a preservação do planeta.

Referências bibliográficas

MEICHES, LUIZ ALBERTO MAKTAS. Projeto de Saneamento Alternativo de baixo custo, 1984.

CETESB. Cartilha de Educação Ambiental. São Paulo: 1986.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SMA. Cursos de Educação Ambiental. São Paulo, 1990.

INSTITUTO AKATU E INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS, 2001.
Responsabilidade Social Empresarial, 2001.

- GRÜN, MAURO. Ética e Educação ambiental, 2010.
- UNESCO ED. IBAMA. Educação para um futuro Sustentável. Brasília, 1999.
- CRESPO, S., SERRÃO, O que o brasileiro pensa do Meio Ambiente, 1998.
- SMA – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Programa Estadual de Educação Ambiental. São Paulo, 1998.
- SESI. Educação e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 1997.
- QUINTAS, J. S., Oliveira, M.J.G. A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. Brasília, 1995.
- QUINTAS, JOSE SILVA. 2006. Introdução a gestão ambiental pública. Brasília, 2006.
- QUINTAS, JOSE SILVA. Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do Meio Ambiente. Brasília, 2002.
- PELICIONI, M.C.F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. São Paulo, 1998.
- CARVALHO, F.- SCOTTO, G. Conflitos Socioambientais no Brasil. Rio de Janeiro, 1995, V.I.